

ENTRE NOMES E MAPAS, UM *AQUI* FABULOSO

GABRIEL TEIXEIRA RAMOS

Doutor em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP), mestre em Urbanismo (FA-UFBA) arquiteto e urbanista (DAU-UFES), professor (UFG-Goiás/PPG-Projeto e Cidade), escritor, realizador e pesquisador, com interesse específico nas franjas da arquitetura e urbanismo com a estética, linguagens, narrativas, modos de expressão e representação, subjetividades, relações de poder, anti-racismo, reparação histórica, paisagens e ecologias críticas.

Este texto propõe o *aqui* encontrado em um lugar, por meio de diferentes nomes, que revelam tanto as histórias contadas nele, junto-com ele e a partir dele, quanto as disputas que o constituem como tal. Por meio da toponímia e da cartografia, fabulações podem emergir de maneira a contestar as relações de poder sobre o que se conta de um lugar, principalmente quando a geografia física, pelas árvores e águas, enuncia outros dizeres do mundo e a experiência corporificada pode dar pistas de afetos encontrados no *aqui*.

*aqui,
toponímia,
cartografia,
fabulações,
experiência
corporificada.*

Dos nomes do *aqui*

Para buscar pistas junto-com o *Vaga-mundo: poéticas nômade*s, pondero, inicialmente, o *aqui* pensado para esta reflexão enquanto disputa de diferentes pontos de conexão entre nós e mundo e os outros entre si. Para isso, parto de algo familiar: o lugar pelo meio do qual nos tornamos quem somos. Esse *aqui* surge assim pelo que o contém em termos de afetos. Dito de outro modo: como é que damos a um *aqui* uma identidade, uma insígnia, um nome – e, muitas vezes, incontáveis outros nomes – por meio de experiências junto-com e nele?

Essa reflexão parte portanto de uma dimensão pela qual todo *aqui* é um ponto de disputa cuja enunciação sempre pode aparecer nova, a cada vez que pisamos num chão novo e outros tantos pisam nesse chão. Todo chão contém pelo menos um *aqui* e muitos desses chãos se encontram material e simbolicamente com aqueles que lhe nomearam. Todo *aqui* é pelo menos um lócus e seus eventuais nomes podem mostrá-lo como lugar de disputas.

A toponímia, área interdisciplinar da linguística, debruça-se sobre o conjunto dos nomes de lugares, os topônimos, com função de denominar, especificar e categorizar o espaço físico geográfico. *Topos*, lugar, *nímia*, nome. Insinua todo *lugar* necessariamente coletivo, havendo, para tal, uma conjuração forjada por determinados grupos, que, historicamente, detêm as relações de poder, motivando não somente o nome como o porquê de sua existência, mas não deixando de exprimir disputas.

Nas cidades, isso é bastante perceptível: nomes de vilas, bairros, logradouros. “Aragarças”, município mato-grossense, é um nome-agenciamento: o encontro do rio Araguaia com o Garças. Algo de belo ressoa desse encontro, uma espécie de comunhão, uma conexão, um deságue. Lembro ainda a literalidade portuguesa e sua impressão linguística e geográfica num mundo colonizado: “além-mar”, “trás dos montes”, “aguada de baixo”. Já “Brasil”, cor de brasa, deriva do pau-brasil, como sabemos. Mas possui um nome menos ouvido, dado pelos tupis, “Pindorama,” “*pindó-rama*”, região das palmeiras. Inegavelmente, nossas árvores, enquanto ainda estão de pé, parecem encantar a todos, em sentidos que nos permite indagar: “Brasil” seria uma brasa incendiária, um desejo dominante de que seja incendiado, uma fagulha que vinga? Talvez um pouco disso tudo.

No campo dominante da cartografia, o da produção de mapas estratégicos, esse *aqui* implica certa posição: um alfinete, uma circunscrição de área muito bem definida, com limites esclarecidos, fronteiras sempre visíveis, deslocamentos por vezes vertiginosos, mas certos das conexões ponto a ponto. Mesmo quando em meio a travessias, há certeza sobre as entradas e saídas nesse *aqui*. Se tomarmos os corpos que habitam esse *aqui*, apostaríamos como justapostos e muito organizados, controlados,

guiados, fixados. Assumiríamos ainda haver nesses corpos o desejo de serem demasiadamente esguios, eretos, detentores de suas contenções enormemente bem balizadas. Se formos adiante, sugeriríamos essa dominância induzir que tais corpos devam ser inclusive belos, certos de seus contornos.

Já quando investigamos a partir de uma posição gramatical, tal alcance jamais seria reticente e interrogatório. Para os sujeitos que estremam essas posições, não há dúvidas, muito pelo contrário: são quase exclamatórios, incansavelmente cirúrgicos, demiurgos de seus próprios círculos. São principalmente detentores de seus domínios e propriedades. Refreiam tanto que babam em seus domínios, e mais ainda, em conluio com os demais que igualmente subjugam, inclusive rindo juntos. Raríssimos são os que seguem como travessões a esperarem pela próxima definição.

Durante a Ditadura Militar (1964-1985), vários foram os locais que ganharam nomes de militares, generais, coronéis Brasil afora. Medicilândia, no Pará, leva o nome de Emilio Garrastazu Médici até os dias de hoje, e a cidade não pode ser dissociada do imaginário da construção da Rodovia Transamazônica, destruindo florestas, dando vazão para o plantio de cana de açúcar e, décadas depois, ser expoente da produção cacaueteira brasileira. Quando inaugurado por Paulo Maluf, em 1971, o viaduto que conecta o centro de São Paulo à Barra Funda foi nomeado Elevado Presidente Costa e Silva, em homenagem ao militar. As coisas começaram a mudar por meio da lei municipal 13.180/2001, ao timidamente indicar que a alteração de nome de um logradouro “deverá ocorrer de forma a causar o menor inconveniente para a cidade, considerando para tanto, conjuntamente, o seu significado na malha viária, a sua notoriedade, o seu valor histórico e antiguidade e a densidade de edificações.”

Em janeiro de 2025, já no âmbito global, assistimos apáticos a Donald Trump, em meio a seus devaneios imperiais, renomear o Golfo do México para Golfo da América e ter a imponente Google (e seu Google Maps) como agente desse ato, galgando para os estadunidenses simbólica e discursivamente o poderio da região. Cabe pensarmos que um *aqui* nomeado no mapa não é somente um *aqui* nomeado no mapa: é sempre expurgatório, desejoso de apartar as diferenças. Mas, como dito, *aqui* enquanto topos é lugar de disputa. Não é possível, atualmente, não haver confrontações, outras apostas de mundo. No caso do antigo Elevado Presidente Costa e Silva, fora renomeado para Elevado Presidente João Goulart, outrora golpeado pelos militares em 1964, e em 2016, o viaduto se tornou, também, o Parque do Minhocão, dando vazão para os dois nomes coabitarem esse *aqui*. Já No Rio de Janeiro, vimos a impessoal “Rua Projetada D” ser transformada em Rua Marielle Franco, numa enunciação coletiva que se tornou exemplo para várias outras cidades: um pequeno e necessário movimento perto de tantas ruas dadas a homens e torturadores, certos de suas falocênticas homenagens.

Um *aqui* determinado e um *aqui* corporificado

Durante muito tempo, um *aqui* enquanto alfinete fincado no mapa foi tratado como representação de um mundo a ser conquistado e exemplificado como melhor e mais correto modo de se viver, havendo para isso uma retórica profunda do próprio discurso cartográfico. Ou seja, como bem aponta Pickles (2004, p. 12), pouco se considerou sobre as motivações e condições políticas, sociais e culturais para o modo como as formas de mapeamento “codificaram objetos e produziram identidades”. Dito de outro jeito, no curso da história, houve a frequente pulverização de uma visão crítica sobre o porquê de determinada representação ser de tal modo, em forma e conteúdo. Há uma miríade de exemplos, mas, para essa reflexão, recorremos a dois: a Europa aparece no centro das cartografias dominantes, e Inglaterra e Groenlândia têm suas representações tão maiores do que alguns países africanos que fica difícil crer serem menores fisicamente. Aliás, “os ingleses gostaram especialmente da forma como a [projeção] Mercator lisonjeou o Império Britânico com um meridiano central através de Greenwich e proeminentes colônias distantes na Austrália, Canadá e África do Sul” (TALLY JR., 1991, p. 96).

Denis Wood (1992), um dos renomados críticos da cartografia, apresentou importantes contribuições sobre os mapas enquanto construções socioculturais. Ao analisar sua história, o autor apresenta distintos argumentos que afirmam a utilização de mapas como eixo estruturante para consolidação de territórios, fronteiras e reforçar estruturas dominantes de governo. Wood contribui para uma discussão de que há escolhas nos mapas que tornam visíveis e invisíveis interesses específicos, sendo toda decisão cartográfica uma priorização de determinados agentes, Estados-nação, governantes etc.

Pela visão superior do mapa, as decisões de posição são sempre estratégicas: *aqui* deve funcionar uma base, *aqui* deve ser um local de espera, *aqui* deve acontecer a circulação das pessoas, *aqui* elas devem trabalhar, estudar, recrear. O *aqui* do mapa determina quais coisas funcionam e quais não devem funcionar nele. Os urbanistas são historicamente as figuras responsáveis por essa determinação. No longínquo 1928, em La Sarraz, os arquitetos e urbanistas modernos afirmaram, numa carta que leva o nome da cidade em questão, o urbanismo ser o responsável por realizar a organização das funções da vida coletiva (MUMFORD, 2000; FRAMPTON, 1997). Os modernos sempre entenderam o *aqui* da estratégia do mapa como onde as coisas deveriam acontecer. Entretanto, como bem orientou Michel Certeau (1998), quem de fato experimenta a cidade no cotidiano acaba por desenvolver táticas, ou seja, maneiras de fazer que jogam com as regras do que é dado como estratégico. A característica subversiva das táticas neutraliza a influência da estratégia, funcionando como formas de resistência, que afirmam a vida a partir de práticas cotidianas.

Experimentar a cidade caminhando, por exemplo, é uma tática, um modo de fazer que questiona a dimensão controladora do alfinete do mapa. É praticar a cidade e poder modificá-la, ainda segundo Certeau (Idem), como uma língua oficial é transformada pelas gírias e dialetos. Um lugar o é porque as pessoas o habitaram ou porque determinaram que o fosse? E o nome que lhe foi dado, quem lhe deu? Como estabelecemos as condições para que um *aqui* seja de fato um *aqui*, a partir de seu nome e de suas naturezas geográficas?

Estar corporificado em um *aqui* pode permitir a compreensão sobre o que o constitui como tal, mas também imaginar o que ele seria se fosse diferente. Ursula Le Guin (1989) fabula sobre cestos, bolsas, potes e pequenas cabaças terem sido as primeiras ferramentas verdadeiramente importantes durante a transição do nomadismo para o sedentarismo da espécie humana. Para a autora, embora a caça e os instrumentos de cortes, como machados, lanças e facas, sejam parte de uma narrativa mais interessante e heroica, seriam as triviais bolsas repletas de coletas de pequenos alimentos, sementes, granolas, aveias e frutos a garantia da alimentação de populações. Muito possivelmente realizada por mulheres, com o cuidado e a garantia de uma alimentação mais rica e saudável. Se formos além nessa fabulação, provavelmente os locais onde aconteciam essas coletas também fossem evidenciados num mapa mental elaborado por elas, garantindo a sobrevivência dessas populações.

Esse *aqui* teria permitido refeições qualificadas e balanceadas nutritivamente, porque o mapa mental forjado por meio de caminhadas e coletas dessas mulheres admitia saber os locais de onde poderiam ser extraídos alimentos para tal. Menos um *aqui* determinado de onde deveriam ocorrer e mais um *aqui* corporificado onde se saberia que existiriam potenciais colheitas, pela experiência de caminhar e coletar naqueles locais. Quando experimentamos fisicamente um *aqui*, temos condições de dizer alguma coisa sobre ele. Não que não pudéssemos dizer outras coisas sem estar nele, mas estarmos nele situados nos permite perceber uma camada que gera aderência ao local em sua permanência nele. Essa experiência corporificada possibilita imprimir sensações que a impessoalidade da visão do plano dos pássaros, zepelins, aviões, satélites e drones não dão conta de exprimir. Elas transcendem e geram afetos e qualidades de sonharmos sobre/pelo/junto-com o lugar.

Um *aqui* fabuloso

Costumamos dar nomes a um *aqui* quando temos afetos junto-com ele: dele eventualmente gostamos ou desgostamos, nele, vivemos coisas incríveis. Por vezes, nele sofremos, rimos, fazemos amizades e bebemos enquanto vemos o tempo passar. Um *aqui* corporificado nos permite ir além do que observamos, aliás, podemos junto-com ele imaginar: como será que era esse *aqui* antes dessa árvore bonita existir? Onde é o aqui

que aquele casal se conheceu e se encontrava escondido? Por que esse *aqui* se chama assim?

Numa especulação desse *aqui*, nomeado para esta comunicação como *fabuloso*, porque advém do ato de fabular e qualifica aquilo que se imagina, podemos nos permitir reconhecer lugares vividos e experimentados corporalmente, e até perguntarmos para eles por que são o que são. Um lugar chamado “Laranjeiras” teria tido pés-de-laranja? As pessoas comiam as frutas do seu pé? Podemos pensar ainda nas cidades que têm seus nomes herdados de palavras indígenas, e que, por vezes, nos deixam curiosos para sabermos seus significados, gerando aquela surpresa e contemplação de quando descobrimos. O tupi é particularmente rico nesse sentido, mostrando tanto os saberes dos indígenas sobre os habitantes e territórios, quando observados em nossas cidades: “Atibaia”, cabelo grande sobre as orelhas ou “Botucatu”, serra boa – quanto sobre suas práticas, “Guarapari”, arma de matar guarás.

Se fizermos um pequeno esforço, podemos até apostar na toponímia enquanto uma espécie de mapa cartográfico, porque ela sintetiza condições de formação de determinados lugares. Assim como os mapas exibem o que é escolhido, dando indícios para temas específicos, os topônimos também o fazem pelas palavras. Além disso, tal qual os mapas podem ser reabertos e rearranjados, os topônimos também o são capazes. Todavia, a grande e fundamental diferença entre essas duas representações é o fato de o mapa, enquanto objeto, tender a uma retórica e ao encolhimento da imagem e, conseqüentemente, da imaginação, enquanto a toponímia gera certa dúvida sobre, por exemplo, a escolha das palavras que melhor traduziriam qualquer expressão e as possibilidades de que cada pessoa imagine de variados modos situações geográficas. Para quem nunca esteve em Aragarças, o encontro dos rios Araguaia e Garças poderia ocorrer tanto a céu aberto quanto no meio de uma mata. Ou em meio a um terreno declivoso que chegaria num deságue, ou dois planaltos que se encontrariam. A toponímia convida a um *aqui* corporificado, enquanto o objeto-mapa parece ter uma resposta prévia, que pode inibir, em alguma medida, uma eventual ida ao *aqui*.

Há, em boa medida, uma grande possibilidade de fabular com o *aqui* estando nele corporificado: ir ao lugar e imaginar as condições, situações, causas e tantas outras que fazem dele ser o que é. Se falarmos “Rua da Biquinha”, a tendência é imaginarmos que, em determinada rua, há uma biquinha de água. Logo, se formos a essa rua e não encontrarmos uma biquinha, o que podemos pensar sobre este lugar? Foi o que aconteceu comigo, ao recuperar uma lembrança de ter vivido,¹ quando garoto, entre

1 Isto se deve por ocasião de uma reflexão coletiva da pesquisa que participo, com pesquisadores multidisciplinares de distintas instituições brasileiras, nomeada: “Várzeas urbanas: resiliência e diversidade em paisagens latentes”, Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023 - Faixa B - Grupos Consolidados, realizada pela Unesp.

fins de 1980 até meados de 1990, numa rua que tinha esse nome: Rua da Biquinha. Somente anos depois fui saber seu nome oficial ser Rua Bolívia, e mais tardiamente, que a biquinha de que ouvia falar nunca fez parte fisicamente da minha vida, mas de meus pais.

Tal topônimo me acendeu uma fagulha desejosa de ir novamente a esse *aqui*, distante física e temporalmente. Escrevi um pouco de cabeça sobre o que me lembrava desse local, conversei com meus pais, li algumas coisas sobre ele. Após isso, acabei por ver, no Google Maps e Street View, como estavam as condições da rua. Completamente distinta do que imaginava, a rua estava ainda mais transformada, contendo agora um parque que supostamente valorizaria a água da biquinha, que nunca havia visto. A biquinha de minha memória não continha uma água saindo da bica, mas continha chuvas, enchentes, alagamentos, dias de banho de mangueira e de tanque. Essa memória aquosa me permitiu corporificar uma ida à Biquinha, questionar-me sobre no que o local se transformou e produzir um filme,² por meio do qual me pus a imaginar como poderia ser esse *aqui* da biquinha verdadeiramente aquoso e transbordado da memória de seus usuários, e não um parque cuja flora e terreno originais foram depauperados e transformados.

A biquinha reimaginada se transformou em um *aqui* fabuloso, distinto daquele previamente inscrito no mapa ou apresentado pelo projeto urbanístico e paisagístico executado para seu parque. Essa reimaginação não foi apenas uma ressignificação simbólica, mas uma abertura do próprio topônimo à sua condição essencial de *topos-nomos* – ou seja, do nome do lugar enquanto um campo de forças que oscila entre a estabilidade da designação e a fluidez das experiências que ali podem se desenrolar. Se, no geral, elementos geográficos determinam e fixam a nomenclatura de um território, conferindo-lhe um *aqui* reconhecível dentro de uma lógica cartográfica e histórica, entanto, podemos começar a questionar essa relação entre o nome e o lugar, abrindo espaço para reimaginar as condições que sustentam essa equivalência aparentemente natural, mas que é, na realidade, construída e negociada ao longo do tempo.

Nesse processo, podemos recorrer às importantes pistas deixadas pelos cartógrafos da psicologia, que subvertem a noção clássica de “método” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2013), cuja etimologia, *metá-hodós*, significa “por meio do caminho”. Ao inverter essa lógica para *hodós-metá*, ou seja, “o caminho pelo meio”, vemos ser deslocada a evidência para a própria experiência da travessia, para o processo de errância e para a transformação contínua que ele implica. Tal perspectiva não apenas reposiciona o método como processo, e não como mera ferramenta de acesso a um resultado, mas também sugere uma abordagem mais sensível à produção de sentidos nos territórios habitados.

2 O filme “Memórias aquosas de uma biquinha reimaginada” pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=8hxM8E4JyC4>. Acesso em 18/02/2025.

Pensar o *nomos-topos*, ou “o lugar do nome”, enquanto um *aqui fabuloso*, exige, colocar a dúvida antes da identidade: em vez de tomarmos como dado o nome que determina o lugar, podemos inverter a relação e perguntar sobre os processos que fazem com que um nome se materialize, questionando seu surgimento, permanência e desdobramentos. Esse exercício de reimaginação nos convida a estarmos corporificados no *aqui*, abrindo-nos às experiências que o constituem, e que, por sua vez, o fazem sempre outro. Trata-se de um *aqui* que escapa às limitações do objeto-mapa, pois não pode ser totalmente contido ou fixado: ele existe na interseção de vozes, percursos e narrativas que o refazem constantemente, tornando-o sempre inacabado e em contínua reinvenção.

Referências Bibliográficas

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FRAMPTON, Kenneth. *História e crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LE GUIN, Ursula. The Carrier Bag Theory of Fiction. In: LE GUIN, Ursula K. *Dancing at the Edge of the World: thoughts on words, women, places*. Tradução: Priscilla Mello. Revisão: Ellen Araujo e Marcio Goldman. Nova York: Grove Press, 1989, p. 17-24.

MUMFORD, Eric. *The CIAM discourse on Urbanism 1928-1960*. Cambridge: MIT Press, 2000.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana de. (org.). *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

PICKLES, John. *Cartographic Reason, Mapping and the Geo-Coded World*. London: Routledge, 2004.

TALLY JR, Robert. *Spatiality (the new critical idiom)*. New York: Routledge, 2013.

WOOD, Denis. *The Power of Maps*. New York: Guilford Press, 1992.